



Autonomia política e estratégia de desenvolvimento – a alternativa ao Memorando

Ao argumentar a favor de uma avaliação mais modesta das europeperspetivas, e de um reconhecimento continuado do lugar correto do Estado tradicional, não quero sugerir que haja algo *intrinsecamente* superior na instituição nacional relativamente a outras. Mas devíamos reconhecer a realidade das nações e dos Estados, e ter em conta o risco de que, quando são negligenciados, tornam-se um recurso eleitoral para os nacionalistas virulentos. (Tony Judt, 1995)¹

Este texto pretende dar uma resposta às questões formuladas para a área temática “Os desafios da denúncia do Memorando”. Por isso, a discussão económica e política do texto, a sua economia política, está centrada no curtíssimo prazo. Embora sejam por vezes referidas, as políticas relacionadas com uma estratégia de desenvolvimento do país não foram exploradas e terão de aguardar melhor oportunidade.

1. De onde veio esta crise?

Deixando para trás a ilusão do império, Portugal aderiu à CEE procurando na Europa um novo horizonte de integração que lhe prometia paz e prosperidade. Os primeiros anos permitiram uma significativa melhoria do nível de vida dos portugueses. Porém, com a queda do muro de Berlim, a “Europa” inicia uma nova etapa económica e política. Para dissipar os receios que uma Alemanha unificada inspirava, as elites europeias avançaram para a criação de uma União Económica e Monetária, para o que tiveram de aceitar as condições germânicas. Assim, os movimentos de capitais e o comércio extra-comunitário foram liberalizados, criou-se uma moeda única com um Banco Central apenas focado na inflação, ao mesmo tempo que as políticas orçamentais ficaram a cargo dos Estados-membros, mas sujeitas a um colete-de-forças (PEC) que impedia políticas anti-cíclicas. A partir dos anos noventa, a “Europa” integrou-se plenamente na

¹ Tony Judt (2011) *Uma Grande Ilusão? Um Ensaio Sobre a Europa*, Edições 70, Lisboa.

globalização comercial e financeira e pressionou os Estados-membros a fazerem reformas em linha com a ideologia neoliberal (privatizações, mercado de trabalho, pensões). Esperando poder manter o seu processo de desenvolvimento, Portugal aceitou sem reservas a perda da sua soberania monetária.

A crise financeira de 2007/8 é o resultado de uma ordem internacional construída sobre a crença nas virtudes do comércio livre, da actividade financeira pouco regulada e da maior desigualdade na repartição do rendimento. Duas décadas de hegemonia neoliberal permitiram estratégias mercantilistas agressivas em alguns países (China, Japão, Alemanha) que, apoiadas pela contenção do respectivo mercado interno, geraram enormes excedentes comerciais. Como contrapartida, entraram no circuito financeiro mundial enormes quantidades de dinheiro à procura de aplicações rentáveis, a que se juntavam os recursos financeiros dos países produtores de petróleo. Nos EUA as famílias foram intensamente encorajadas pela banca a endividar-se, e o mesmo se passou em vários países europeus, sobretudo nos que mais imitaram a organização económica e social dos EUA. A quebra na procura agregada, decorrente do agravamento da desigualdade na distribuição do rendimento, foi temporariamente compensada pela formação de uma enorme bolha do imobiliário que as autoridades não quiseram ver. Quando a bolha rebentou, os Estados tiveram que socorrer o sistema financeiro para evitar o colapso das economias. Contudo, na Europa a crise teve repercussões específicas.

2. O que aconteceu à UE?

A criação de uma zona de moeda única não teve em conta as enormes diferenças de nível de desenvolvimento dos países que a integraram, designadamente a diferente especialização produtiva, capacidade exportadora, domínio das tecnologias, poder de mercado das grandes empresas, produtividade, salários. Esperava-se que o livre jogo dos mercados, completado com políticas adequadas de enquadramento e o apoio dos fundos estruturais ao investimento, acabasse por gerar forte crescimento e emprego nos países mais débeis. As promessas de prosperidade com a moeda única afinal não se concretizaram. A Europa praticou sistematicamente políticas (monetária única e orçamentais nacionais) que geraram desemprego e precariedade no trabalho. Mais, a adesão dos países do Centro e Leste, e a abertura comercial aos países de baixos salários, constituiu um instrumento de chantagem sobre os sindicatos, permitiu instituir a contenção salarial e aumentar a desigualdade

na repartição do rendimento. Quando a crise atingiu a Europa, a Alemanha já tinha extraído grandes benefícios comerciais e financeiros da existência da moeda única e já tinha reformulado a sua posição estratégica na UE através da deslocalização de segmentos da indústria para os países da Europa Central e de Leste. Também já tinha iniciado um novo relacionamento comercial com a China.

Entretanto, boa parte da acumulação financeira gerada pelos excedentes alemães foi reciclada em crédito concedido aos bancos da periferia da zona euro que os transformavam em endividamento das empresas e das famílias. Taxas de juro muito baixas, decorrentes da (aparente) eliminação do risco associado aos países da periferia, acompanhadas de marketing agressivo, facilitaram o endividamento externo das periferias, sobretudo através do sector privado, embora em alguns desses países também do sector público.

Este endividamento dos países da periferia da zona euro criou uma situação dramática, muito difícil de superar, porque o endividamento foi feito numa moeda que estes países não controlam. Não podem desvalorizar o euro para encarecer importações e incentivar a sua substituição por produção interna, gerando as receitas de que precisam, nem podem recorrer ao Banco Central Europeu para obter financiamento como no caso dos países soberanos. À semelhança de qualquer estado dos EUA, os países da zona euro estão obrigados a financiar-se nos mercados de capitais e estão dependentes da especulação. Com a crise financeira e o congelamento do crédito interbancário, ficou evidente para os especuladores que os desequilíbrios macroeconómicos no seio da UE são profundos e de difícil eliminação, e que na UE não há estado federal nem solidariedade orçamental entre estados. O teste à viabilidade da zona euro era inevitável e a especulação começou pelas obrigações da dívida pública grega. A chamada “crise das dívidas soberanas” passou à Irlanda por via da falência dos bancos, chegou a Portugal e ameaça agora a Espanha e a Itália. Aí terá o seu fim.

3. O que podemos esperar da Alemanha?

A forma como a Alemanha reage a esta crise não é, no essencial, determinada pelo temperamento de Angela Merkel ou pela sua falta de conhecimentos de economia. A explicação é muito mais complexa e prende-se com a necessidade de evitar, ou adiar, decisões que possam pôr em causa o papel de “actor global” que começou a construir nos anos noventa. Procurando consolidar este estatuto, a Alemanha trata hoje os assuntos europeus segundo uma lógica instrumental em que alguns membros da zona euro são descartáveis.

Sabendo que a dissolução a zona euro tem custos enormes, a Alemanha está aberta a uma reformulação do quadro institucional da UE desde que sejam adoptados os princípios do ordoliberalismo. Ou seja, no plano da organização política serão criadas regras constitucionais que ponham os tecnocratas e os juizes ao abrigo da interferência dos actores políticos nacionais. A constitucionalização do equilíbrio orçamental (conhecida por “regra de ouro”) é apenas um exemplo da lógica ordoliberal a aplicar também no controlo central dos orçamentos nacionais, na chamada “união orçamental”. Por isso se preza tanto na Alemanha a independência do Banco Central Europeu, aliás concebido à imagem do Bundesbank. Esta ideologia penetrou profundamente a cultura alemã e, embora com alguns matizes no que toca à legitimação democrática, é partilhada pelos Sociais-Democratas e pelos Verdes. Assim, uma federalização da UE, conduzida pela Alemanha, não seria uma democracia federal, seria a germanização da Europa. Seria uma Europa centralizada e sem transferências orçamentais, um projecto político ordoliberal que dificilmente passaria nos referendos a que teria de se sujeitar.

Conhecendo a visão alemã da saída “por cima” para a presente crise, não é realista defender uma UE genuinamente federal. Se o projecto de uma Europa germanizada vingasse, Portugal ficaria desprovido dos instrumentos de política económica que permitiriam viabilizar uma estratégia de desenvolvimento baseada na inovação. Sujeito a uma engenharia social de empobrecimento, seria desvitalizado por um prolongado fluxo de emigração dos mais jovens e mais qualificados, estaria condenado a tornar-se numa estância de lazer da Europa rica.

4. O BCE vai resolver a crise?

Com a persistente fuga de capitais da periferia, tornando evidente que o risco de um depósito não é idêntico em qualquer banco da zona euro, e com os juros implícitos da dívida pública espanhola em níveis insustentáveis, a pressão foi enorme para que o BCE tivesse um papel mais activo nos mercados. Tendo anunciado a compra ilimitada no mercado secundário de obrigações até três anos, sem prioridade no reembolso, o BCE espera ter posto um travão definitivo à especulação com as dívidas públicas. No entanto, a iniciativa do BCE deixou à vista um facto da maior importância: o voto contra do Bundesbank significa que este teme uma (imaginária) bancarrota do BCE porque não acredita que os títulos de dívida da periferia venham a ser reembolsados. A verdade é que, maioritariamente, os alemães não acreditam na viabilidade da UEM e apoiam as posições do presidente do

seu banco central. Para as elites mais informadas, ponderando os enormes custos económicos e financeiros de abandonar o euro com os enormes custos de nele permanecer, a saída da zona euro começa a tornar-se apetecível.

Para apaziguar a Alemanha, o BCE impõe à Espanha o modelo germânico de saída da crise como condição para a sua intervenção nos mercados financeiros. Como diz Stiglitz, “com uma mão dá o remédio e com a outra o veneno”. Assim, depois de ter lançado a Grécia numa depressão, colocado Portugal no mesmo caminho, obrigado François Hollande a tomar medidas de austeridade e encaminhado a Europa para uma recessão, exige agora à Espanha (mais tarde à Itália) que mergulhe na espiral suicida. Porém, no fim de 2012 ficará à vista que as exportações que sustentam o crescimento da Alemanha vão pagar o preço da recessão europeia e do arrefecimento da economia mundial, levando assim o país também para a recessão.

O optimismo gerado pela nova intervenção do BCE vai arrefecer quando os mercados financeiros constatarem o contínuo crescimento das dívidas e a impossibilidade de gerar excedentes orçamentais primários que as sustentem. A própria administração do BCE acabará por se dividir perante a evidência de que a austeridade, tornada condição para a intervenção nos mercados, acelera o desastre nas periferias e vira os eleitorados contra a moeda única.

Um divórcio amigável, com o desmantelamento negociado da zona euro, seria o cenário menos gravoso para a saída da presente crise. Infelizmente, ninguém o quer admitir. Por isso, nos próximos meses veremos esgotar-se a paciência do povo grego, sujeito a exigências adicionais insuportáveis. Ao mesmo tempo, veremos agravar-se os constrangimentos políticos decorrentes das decisões do Tribunal Constitucional alemão, as tensões políticas geradas pela resistência do povo espanhol à tutela da troika, a crescente fuga de capitais para a Alemanha (acumulando no Bundesbank um enorme crédito sobre os bancos centrais da periferia no âmbito do Eurosistema), a crescente aversão da opinião pública alemã ao euro, reforçada por resultados eleitorais eurocéticos em diferentes países, as lutas sociais que se vão desencadear com a falência de grandes empresas nos países do centro, a que se juntarão as das periferias, etc.

Nos próximos meses, todos estes factores se vão conjugar para produzir um aumento exponencial dos dramas vividos pelas famílias e pelas empresas, e uma crescente ansiedade colectiva sobre o destino das poupanças que ainda permanecem nos bancos europeus, um clima de tensão que torna cada vez

mais provável a faísca desencadeadora de uma corrida generalizada aos bancos.

O tempo da crise deixará então para trás o tempo hesitante da criação de uma união bancária e da tutela central sobre os orçamentos nacionais. Quando a situação de emergência eclodir, ocorrerá uma rápida intervenção de um ou mais governos para encerrar bancos, impedir a livre circulação de capitais, impor ao banco central do país um financiamento à revelia do BCE. Nesse dia a zona euro terá chegado ao fim e a sobrevivência da própria UE estará em jogo.

4. Qual é a alternativa das esquerdas?

Portugal é um Estado-nação com uma forte identidade, uma história e um património biofísico e cultural rico que nos cabe preservar. A superação da crise que vivemos exige que, sem preconceitos, as esquerdas valorizem esta dimensão nacional e a integrem na sua intervenção política. É certo que a nossa crise é uma crise do capitalismo, mais precisamente do capitalismo europeu. Mas não é menos certo que o capitalismo não é nem uma realidade supranacional nem uma realidade homogénea. É uma teia de capitalismo nacionais diversos, articulados por mecanismos económicos e instituições *inter*-nacionais. Os Estados-nação capitalistas não deixam de ser comunidades humanas com uma cultura e interesses específicos, irredutíveis aos interesses de uma qualquer classe social. É através de alianças sociais e políticas, vencedoras no quadro nacional democrático, que as esquerdas de Portugal podem defender os interesses, e alargar o poder, dos cidadãos que vivem apenas do seu trabalho.

Se alguém tinha ilusões sobre a eficácia da estratégia consagrada no Memorando assinado com a troika (UE-BCE-FMI) em Maio de 2011, a informação do primeiro semestre de 2012 sobre a evolução do desemprego, do produto interno, do défice orçamental e da dívida pública mostram que Portugal só pode livrar-se da mesma espiral depressiva em que a Grécia caiu se ousar romper com o Memorando. O que entretanto ficámos a conhecer sobre o Orçamento de 2013 dissipou as ilusões dos portugueses que hesitavam.

A suspensão do investimento público, a sangria do rendimento dos trabalhadores por conta de outrem, com destaque para os funcionários públicos, o ataque às pensões, o desemprego de massa em que metade não tem apoio social, o colapso do crédito bancário às pequenas empresas e a degradação crescente das receitas dos impostos, a que se junta a recessão das economias para onde mais exportamos, tudo nos encaminha para uma

devastação gerada pelas ideias e interesses do capital financeiro que inspira e controla a UE, o Memorando e a acção deste governo.

É preciso dizê-lo com clareza, a sociedade portuguesa encaminha-se para o desastre pela mão de obstinados seguidores da ideologia e dos interesses que conduziram à Grande Depressão do século XX.

Por isso, as esquerdas devem exigir ao Presidente da República a antecipação de eleições legislativas invocando pelo menos duas razões: a política de empobrecimento que nos está a ser imposta não foi legitimada nas últimas eleições legislativas; o governo executa políticas que violam a Constituição da República e desrespeitam o Tribunal Constitucional.

Enquanto não são convocadas eleições legislativas antecipadas, as esquerdas não devem alimentar a narrativa da “crise das dívidas soberanas”, em particular fixando o seu discurso na exigência de uma reestruturação da dívida pública. Esse é um problema derivado de um outro, mais grave e estrutural, o do nosso endividamento externo. Por isso, para que o discurso das esquerdas seja credível aos olhos dos portugueses, as esquerdas têm de apresentar uma narrativa da crise centrada na origem e na solução do nosso principal problema. Rejeitando a estratégia da troika – a desvalorização interna por redução brutal dos salários nominais – as esquerdas devem dizer como se propõem reequilibrar as contas externas do país.

Para ser credível, o discurso das esquerdas terá de assumir que Portugal não pode resolver o seu problema de défice externo sem dispor de política de comércio externo, de política cambial e de política industrial. E, como hoje acontece, sem ter de se financiar numa moeda sobre a qual não tem soberania. *Portugal precisa de uma estratégia de desenvolvimento* e esta não é compatível com os Tratados da UE e a moeda única. Não é politicamente sustentável manter um discurso que, pelo menos implicitamente, assume que é possível um “euro bom” no quadro do qual Portugal poderia desenvolver-se. A evolução da crise à escala da UE torna visível que essa ideia é uma miragem e, não sendo percebida como credível pelos que mais sofrem com a crise, poderia encaminhar uma parte importante da revolta social para os braços de uma extrema-direita que em Portugal aguarda a sua oportunidade.

Enfrentando com grande sentido de responsabilidade a turbulência que a UE irá viver nos próximos meses, a revolta que cresce na sociedade portuguesa, e o cepticismo com que muitos cidadãos avaliam a nossa democracia, as esquerdas de Portugal têm o dever de apresentar-lhes uma proposta política à altura do tempo que vivemos, uma proposta virada para o

desenvolvimento do país, o que implica a *denúncia do Memorando*. Mais ainda, as esquerdas de Portugal devem invocar os valores inscritos no preâmbulo da Constituição da República e afirmar que eles são incompatíveis com a política económica a que estamos sujeitos.

5. Governo das esquerdas – o primeiro mês

Em nome da Constituição da República, e em nome de um futuro digno para Portugal, um governo das esquerdas legitimado pelo voto democrático deve tomar de imediato a decisão de repudiar o Memorando assinado com a troika e pedir à UE a abertura de negociações com vista à recuperação da autonomia política indispensável ao desenvolvimento do país.

Pedir a abertura de negociações significa dizer à UE que Portugal escolheu o caminho do desenvolvimento e precisa, no mínimo, de várias derrogações aos Tratados. Caso o *status quo* permaneça até esse dia, caberá então à UE fazer também a sua escolha: negociar com Portugal um novo estatuto dentro da UE, o que inclui várias derrogações, ou virar as costas a Portugal.

É importante que não haja ilusões sobre o que acontecerá após a denúncia do Memorando. Os empréstimos da troika serão suspensos e Portugal ficará sob ameaça de suspensão da liquidez fornecida aos bancos comerciais e ao Banco de Portugal. A comunicação social encarregar-se-á de lançar o pânico, em particular sobre as famílias com poupanças nos bancos. Por isso, antes mesmo de aceder ao governo, as esquerdas devem preparar um plano de contingência (ver secção seguinte). Neste período, a estratégia de comunicação terá de ser muitíssimo cuidada.

Reunir com os diferentes órgãos da UE para reivindicar um novo estatuto para o país, em nome do seu desenvolvimento e do respeito pela sua Constituição, faz parte de uma estratégia que visa colocar a UE na posição de ter de decidir sobre derrogações aos Tratados, incluindo o recente Tratado Orçamental. Seria desejável que esta fase negocial durasse um mês. Na melhor das hipóteses, haveria receptividade para uma saída ordeira do euro, vista pela Alemanha como inevitável e até desejável. Na pior das hipóteses, constatado o impasse, o governo teria ganho tempo e avançado na preparação técnica e legislativa para a introdução de uma nova moeda.

6. A saída do euro e as tarefas imediatas

Embora não sendo apresentada em campanha eleitoral como uma proposta definitiva, a saída do euro fará parte do programa eleitoral das esquerdas enquanto *desfecho mais provável das negociações com a UE*.

Por outro lado, é também preciso dizer aos portugueses que, como alternativa a uma UE germanizada, a saída do euro é uma condição para o nosso desenvolvimento que tem alguns custos transitórios. É uma condição necessária, mas não é uma condição suficiente. Inaugura uma nova etapa da nossa vida colectiva em que será decisiva a execução de uma estratégia de desenvolvimento do país, acompanhada de transformações institucionais noutras domínios que não são abordadas neste texto.

De forma organizada e com o apoio da UE ou, pelo contrário, por decisão unilateral, a saída da zona euro impõe escolhas técnico-políticas que as esquerdas ainda não começaram a estudar. Por isso, é indispensável a *constituição de um grupo de trabalho* que mobilize as competências nacionais disponíveis e também recolha apoio técnico fora do país. Os comentários seguintes incorporam algumas das opções possíveis e ensaiam respostas a questões que muitos de nós levantam.

Numa sexta-feira à noite, pouco depois das 22h, e após breves consultas com os restantes órgãos de soberania do Estado, o Primeiro-Ministro fala à nação e, com um discurso inspirador de tranquilidade e confiança no futuro, invocando um estado de emergência nacional, anuncia que o país abandona o euro e introduz um novo escudo na paridade de um para um sob regime de câmbio flutuante.² Assim, todos os preços e contratos realizados ao abrigo do direito português são convertidos no mesmo valor em escudos. Nesse mesmo discurso, dirá que o Estado português passa imediatamente a utilizar a nova moeda fazendo pagamentos aos funcionários públicos e fornecedores em escudos e recebendo impostos, taxas e outras receitas também apenas em escudos. Mais ainda, dirá aos portugueses que as contas bancárias estão garantidas e *permanecem em euros* embora, por razões de natureza informática, os bancos tenham de encerrar por três dias.³ Finalmente, anunciará o fim da política de austeridade com a reposição dos vencimentos

² Esta estratégia de introdução da nova moeda deixaria que ocorresse, no período imediato, uma livre flutuação do câmbio que acabaria por fixar o valor externo da nova moeda. Mais tarde, após alguma moderação na desvalorização inicial, e tendo em vista começar a executar uma nova política económica, terá de passar-se a um regime de câmbios flexível, eventualmente num sistema de desvalorização programada, enquanto a inflação não tiver estabilizado. Também seria imposta uma limitação dos movimentos de capitais de curto prazo.

³ Mantendo as contas bancárias em euros, e permitindo o acesso às mesmas, evita-se a corrida aos bancos. Contudo, a aplicação (temporária) de uma pesada taxa sobre as transferências para o exterior, ou sobre levantamentos em notas a partir de um certo montante, poderá conter a fuga de euros, uma moeda forte que interessa manter no sistema bancário. Logo que as exportações tenham acelerado, na sequência da desvalorização, será possível abrandar esta restrição.

retirados aos funcionários públicos e pensionistas, uma revisão do sistema tributário e das contribuições para a segurança social segundo princípios de justiça, um programa de investimento em renovação urbana e um programa de criação directa de empregos.⁴

Na segunda-feira seguinte, o governo deve anunciar uma moratória ao serviço da dívida pública e dar alguma indicação da política que vai seguir. Quanto à *dívida pública*, a moratória permite ganhar tempo e tomar decisões prudentes sobre a dívida que assume e sobre o que fará relativamente aos diversos detentores dessa dívida. Em causa estarão decisões de diferente natureza: abertura de negociações com a UE e FMI para a reestruturação da dívida a estas entidades oficiais, substituição da dívida a residentes por novos títulos em escudos com prazo alargado e taxas mais baixas, proposta de aquisição aos não residentes por um valor nominal dos títulos muito baixo (à cotação do mercado) ou troca por um novo título a vencer vinte anos mais tarde. Entretanto, aproveitando a enorme desvalorização da dívida pública portuguesa a ocorrer por esses dias, o governo deve comprar o maior volume possível de obrigações, agora redenominadas e pagas em novos escudos, socorrendo-se de crédito ao Tesouro concedido pelo Banco de Portugal para esse fim.

Quanto à dívida privada, há que distinguir a dívida externa dos bancos portugueses da dívida externa das empresas não financeiras. O governo não assumirá a dívida externa dos bancos. A desvalorização externa da nova moeda levará à falência os bancos, uma vez que agora dispõem de activos em moeda fraca e dívida em moeda forte. Por isso, após o discurso da introdução do novo escudo, o governo nacionalizará temporariamente todos os bancos a operar em Portugal (ao preço da cotação das acções no mercado, por essa altura num valor mínimo) e fará a sua recapitalização e o fornecimento de liquidez com recurso ao BdP que, entretanto, foi retirado do Eurosistema. Os accionistas e os detentores de obrigações emitidas pelos bancos não serão indemnizados. As novas administrações receberão um mandato de maior abertura ao financiamento das empresas e famílias, proibição da actividade especulativa, e a obrigação de aquisição de dívida pública para incorporar nos seus balanços e para promover junto dos pequenos aforradores nacionais. As companhias de seguros também deverão ser nacionalizadas temporariamente ou, pelo menos, sujeitas a um controlo directo por parte do Estado.

⁴ Trata-se de lançar um programa de criação de empregos socialmente úteis através de uma agência pública que trabalhe em parceria com o sector empresarial, privado e público, e as organizações do sector social e solidário.

A dívida externa das empresas não financeiras de grande dimensão, fornecedoras de bens essenciais ao funcionamento do país, também aumentará com a desvalorização do novo escudo e com a subida das taxas de juro nos mercados financeiros⁵. A prudência aconselha a estudar as implicações caso a caso e, por isso, devem evitar-se declarações que ponham em perigo os fornecimentos ao país. Não é de excluir que algumas dessas empresas, muito lucrativas, estejam em condições de suportar o prejuízo. Ainda assim, admite-se a concessão de crédito bancário a estas empresas, em condições muito favoráveis, acompanhado de um financiamento público directo em troca de uma participação do Estado no capital social. Este seria o primeiro passo para uma posterior nacionalização. No caso das restantes empresas, de menor dimensão, deve ser criada uma linha de crédito bonificado, temporária, para as ajudar a enfrentar o acréscimo na dívida externa líquida.

Uma grande desvalorização da nova moeda encarece os bens importados e potencia uma espiral inflacionista. Para que tal não venha a acontecer, o governo deve ser determinado na travagem deste processo, o que implica uma grande capacidade política para negociar com as confederações patronais e sindicais. Jacques Sapir, economista francês de esquerda com elevadas credenciais académicas, recomendou “Um bloqueio temporário (3 meses) dos preços e dos salários e a criação de uma «Conferência Nacional sobre Remunerações» com o governo, os sindicatos e o patronato para negociar as condições de saída do bloqueio.” Em todo o caso, uma política de redistribuição de rendimentos em favor dos trabalhadores com salários mais baixos, e dos pensionistas mais pobres, será necessária. Contudo, importa lembrar que a perda de poder de compra dos trabalhadores acabará por ser recuperada na medida em que a retoma do crescimento económico se fará com partilha dos ganhos de produtividade, num contexto em que o direito do trabalho é reposto e a contratação colectiva volta a ser a norma.

7. Riscos potenciais e falsos problemas

Com a desvalorização da moeda, o fim da austeridade e o arranque de um programa de criação directa de emprego, o crescimento económico recomeçará no prazo de meses. O consumo e o investimento voltarão a crescer e a desvalorização da moeda estimulará a substituição de

⁵ Importa ter em conta que a desvalorização do novo escudo vai ocorrer ao mesmo tempo, ou até depois, de uma *desvalorização do euro* na sequência da turbulência política na UE. Por outro lado, estas empresas também têm créditos sobre o exterior, pelo que o impacto final da desvalorização incide apenas sobre a *dívida líquida*.

importações, ao mesmo tempo que aumentará a margem de lucro das empresas exportadoras. Estas últimas serão chamadas a contribuir para o anunciado programa de criação de empregos através de uma contribuição fiscal sobre estes lucros extraordinários. Neste ponto, importa não esquecer que as exportações devem ser apoiadas sobretudo por uma nova política industrial e de inovação, e não tanto por desvalorizações. Quanto às importações, será necessário algum proteccionismo inteligente que no imediato trave a importação de bens e serviços supérfluos e, em conjugação com a desvalorização da moeda, estimule a reindustrialização e a recuperação da produção agrícola sustentável. O governo deve preparar-se para enfrentar uma forte litigância no quadro da UE e da OMC.

Neste novo contexto, o *financiamento do Estado* não dependerá dos mercados financeiros. De qualquer modo, a evidência histórica diz-nos que os mercados rapidamente esquecem os episódios de bancarrota e, necessitados de fazer negócio, recomeçam a financiar esses países logo que entram numa rota de crescimento. Com a suspensão do pagamento dos juros, o défice a financiar será menor (défice primário) e, para tal, o governo recorrerá no imediato à poupança interna e à monetarização da dívida através do BdP. Nesta fase, com a economia deprimida, não há que recear efeitos inflacionistas, muito menos uma hiperinflação. A prudência no recurso ao banco central é desejável e deve prevalecer em tempos normais. Porém, só tem sentido abdicar deste financiamento quando a economia tiver consolidado o seu crescimento e se encaminhar para o pleno emprego.

Com a balança comercial equilibrada por efeito da anterior política recessiva, o problema do *financiamento externo* não é grave no imediato. No entanto, sabendo-se que a substituição de importações é um processo lento e com limites, será necessário encontrar alguma margem de manobra tendo em conta que se pretende relançar a procura interna. Uma acção diplomática junto do Brasil, e também do FMI, talvez permita aceder a algum crédito comercial para financiar a transição e evitar algum episódio de racionamento causador de perturbação social.

Finalmente, vejamos alguns problemas levantados pelos defensores da permanência do país na zona euro a qualquer preço:

- É errado afirmar que uma desvalorização da nova moeda em 40% levaria a um aumento dos preços na economia também de 40%. O que aumenta no imediato é apenas o preço dos bens importados. A sua repercussão no valor da inflação depende da estrutura da economia e, em particular, da estrutura do cabaz de bens e serviços que serve de base ao cálculo do índice de preços

no consumidor. Um estudo feito para a Grécia por dois académicos (T. Marolis & A Katsinos, 2011) estima que uma depreciação de 50% da nova dracma levaria no primeiro ano a uma subida do nível geral de preços de 5-9%, enquanto a competitividade aumentaria 37-42%.

- Da mesma forma, é errado afirmar que as poupanças das famílias seriam reduzidas em 40%. As poupanças seriam convertidas à taxa de 1:1 tal como todos os preços de bens e serviços pelo que, no imediato, não há qualquer desvalorização interna. Será o nível da inflação (a controlar pelo governo) que determinará o montante das perdas do poder de compra interno. Em todo o caso, deve assumir-se que a saída do euro tem custos para os aforradores, mas que serão temporários e, na medida em que vêm associados à recuperação dos empregos e rendimentos com a nova política económica, são custos moderados.

- Diz-se também que uma desvalorização da nova moeda tem um efeito demorado e incerto sobre as exportações e que só será eficaz se não for acompanhada pelos outros países. A evidência histórica do nosso país, e de outros que romperam com o FMI, mostra que a desvalorização foi sempre um instrumento muito eficaz no curto-médio prazo para reduzir o défice externo da balança de bens e serviços. Pensar que todos os países para onde exportamos, não pertencentes à zona euro, vão imediatamente retaliar com desvalorizações, é admitir que a sua especialização produtiva é idêntica à nossa e que a sua conjuntura económica seria beneficiada com tal medida. Este cenário é inverosímil. Já no caso da Espanha, a sua saída da zona euro seria desejável e deveria conduzir à abertura de negociações bilaterais para uma definição cooperativa de políticas comerciais e cambiais.

- Há quem tema o isolamento de Portugal na europa, na sequência da saída da zona euro, esquecendo que muitos países da UE estão fora da zona euro. Por outro lado, noutros domínios como o científico e cultural e o da livre circulação de pessoas, não haveria mudanças dramáticas. Acresce que, muito provavelmente dentro de alguns meses, a Grécia estará fora da zona euro e a Espanha seguirá o mesmo caminho. Abandonar o euro implica certamente um confronto político, e até jurídico, com o euroliberalismo. Contudo, é bom não esquecer que, para um país plenamente soberano, não há sentenças do Tribunal Europeu que tenham qualquer eficácia. Uma retaliação comercial por parte da Alemanha também não é provável e, a esse título, importa lembrar que no novo contexto os veículos da Autoeuropa se tornam mais baratos para a Volkswagen. Em todo o caso, desde há uns anos que está em curso o redireccionamento das nossas exportações para fora da Europa, tal como no caso da Alemanha.

Nos próximos meses, o medo quanto ao futuro de Portugal fora do euro será explorado por todos os que, pelas mais diversas razões, não querem pôr em causa a moeda única. Romper com o Memorando, e esperar da Alemanha e outros países uma atitude benevolente que nos permita ainda assim permanecer no euro, é uma expectativa absolutamente irrealista. Hoje, é preciso ter os pés bem assentes na terra e ousar percorrer um novo caminho sabendo que o fim do euro não é o fim da Europa. Pelo contrário, ferindo em profundidade o poder do capital financeiro e reforçando o poder dos trabalhadores, a fragmentação ou o fim da zona euro abre a porta a uma futura refundação progressista da União Europeia.

8. Nota final

Em meu entender, a crise em que Portugal se afunda exige a imediata preparação de uma alternativa política das esquerdas, identificada com o essencial do que aqui se defende, tendo em vista eleger uma maioria parlamentar e aceder ao governo do país. Não o fazer, recusando encarar em toda a extensão a insustentabilidade da nossa integração na zona euro, seria uma falha colossal na responsabilidade política das esquerdas.

Um projecto político alternativo, das esquerdas, só ganhará credibilidade e apoio popular se explicar com clareza qual é a estratégia global de saída da crise e se afirmar que o país precisa de autonomia política para construir um futuro digno, um caminho para o desenvolvimento, o que exige a ruptura com o euroliberalismo de que o Memorando é expressão.

As esquerdas devem defender o desenvolvimento de Portugal, entendido como um caminho colectivo orientado por princípios de justiça social que conduza a uma prosperidade partilhada por todos e respeitadora dos equilíbrios da natureza. Um processo em que o Estado democrático se abrirá à democracia participativa, reforçará a sua função de Estado-providência e desempenhará um papel de catalisador da estratégia de desenvolvimento do país.

Jorge Bateira